

A Ágora e o Fórum

Flavio Barbini

Nasceu em Monza, Milão (1966). Licenciou-se em Arquitectura pelo Politecnico di Milano em 1991. Pós-graduação em Desenho Urbano no ISCTE IUL, em 2001. Diretor do Departamento de Arquitectura da Universidade Autónoma de Lisboa entre 2009 e 2014. Funda o atelier barbinarquitectos em 1995. Dos seus projetos e obras destacam-se o Centro de Controlo Operacional da BRISA, Carcavelos. (Flavio Barbini, Maria João Silva e João Luís Carrilho da Graça Arquitectos), o Projecto da Eco-cabana e o Projeto de Requalificação da Frente Ribeirinha de Viana do Castelo, Núcleo do Cabedelo, Viana do Castelo, 2010, Concurso, 1º Classificado. O seu trabalho foi apresentado em conferências em Portugal, Alemanha, Itália, França e China e publicado em revistas na Itália, Portugal e Dubai. Em 2009 integra a exposição "Portugal fora de Portugal" em Berlim, Praga e Lisboa.

Para citação: BARBINI, Flavio – A Ágora e o Fórum. **Estudo Prévio** 5-6. Lisboa: CEA/CT/UAL – Centro de Estudos de Arquitectura, Cidade e Território da Universidade Autónoma de Lisboa, 2014, p. 77-99. ISSN: 2182-4339 [Disponível em: www.estudoprévio.net].

Creative Commons, licença CC BY-4.0: <https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

Resumo

Com esta comunicação sobre a ágora e o fórum, procuraremos os fundamentos morfológicos e tipológicos da praça.

Ao longo de uma breve análise histórica do fenómeno urbano e social na Grécia e em Roma, serão analisados os aspetos compositivos e arquitetónicos que determinaram o desenho da ágora e do fórum, nas suas diversas configurações.

Serão evidenciados os passos fundamentais que determinaram a evolução dos dois modelos de espaço público, começando pelas suas origens. Acompanharemos as diversas fases que permitiram a afirmação progressiva da ágora como um espaço público desenhado *a priori* e delimitado por um conjunto arquitetónico contínuo e homogéneo, ou ainda serão clarificados todos os processos de sistematização das regras de implantação do fórum, como marco fundacional e civilizacional da cidade romana.

Esta comunicação pretende focalizar a importância destas tipologias de espaço público no contexto socioeconómico das duas civilizações, descobrindo momento de “fusão dos dois modelos” até à sua definitiva caracterização tipológica como lugar privilegiado para a celebração e afirmação do poder imperial e colonial.

A leitura desta breve pesquisa poderá ser útil para abrir um campo de análise sobre os processos de transformação da praça ao longo da história, e para entender como este modelo representa, ainda hoje, o espaço público privilegiado, caracterizador da cultura urbana ocidental.

Palavras-chave: praça, ágora, fórum, espaço público.

A ÁGORA

Cronologia da Civilização Grega

Período Arcaico: VII a.C. -metade V a.C.

- o Templo Dórico e a experiência da arquitetura contemplativa, em diálogo com a natureza; o Templo Jónico.

Período Clássico: metade V a.C.- final IV a.C.

- Atenas vive sob o poder de Péricles, a Acrópole ateniense e Física.

- Período Helenístico: final do IV a.C. - I a.C.

- Fim da *polis* e ocupação romana. (Mazzariol; Pignati, 1981: 20, 54, 89)

A cidade e a sociedade Grega

A civilização grega desenvolveu-se ao longo de oito séculos num vasto território do mar Mediterrâneo, delimitado a oriente pelas costas da Turquia passando pela península grega e itálica até a costa francesa.

A partir do séc. VIII a.C., o processo fundacional de novas cidades coincide com a ocupação de lugares específicos, escolhidos sobre preexistências micénicas ou ainda em lugares estratégicos, ricos em recursos naturais, localizados em posição dominante do ponto de vista geográfico. Na Grécia peninsular e insular todas as cidades viviam num relativo isolamento e autonomia, alimentadas pelo culto religioso pelo direito e pelo governo. Alianças e associações momentâneas favoreciam interesses comuns para a definição de defesas conjuntas, com vista a um possível ataque externo. “Isso tudo é o resultado de uma organização social na qual a religião estabelece não só a relação com o transcendente, mas também representa o elemento de gestão da vida coletiva: os deuses governam os homens, decidem as alianças, as guerras e despertam os amores (...)”. (Denti, 1985: 26)

Em cada cidade era impedido ao estrangeiro o acesso aos templos e às divindades, vigorava a lei do ódio e do combate ao mesmo. Após uma vitória, os vencidos de outra cidade nunca ganhavam o estatuto pleno de cidadãos, sendo-lhe impedida a participação em cerimónias e sacrifícios para a celebração dos deuses e do lar público. Neste contexto, a dimensão político-administrativa era exclusiva das cidades, não existindo a formalização de um único estado ou império, “E isto porque a religião formava de cada urbe um corpo, sem a possibilidade de associar-se a nenhum outro. O isolamento era a lei da cidade”. (Coulange, 1988: 251)

Para expressar o conceito de cidade e de Estado ao mesmo tempo, os gregos usavam o termo *pólis*, um conceito associado a uma sociedade organizada, estruturada e autónoma do ponto de vista político-administrativo e religioso.

Estudos recentes relatam que a sociedade grega, e a romana, foram as mais urbanizadas do mundo. A centenas foram as cidades que se formaram no intervalo entre o VIII e o IV séc. a. C., com uma média de 5.000-10.000 habitantes. "Alguns investigadores afirmaram que, ao todo, no mundo grego no IV séc. a.C. viviam, concentrados em núcleos urbanos, cerca de um milhão de pessoas e mais três milhões viviam em pequenos aglomerados e quintas". (Morachiello, 2011: 52)

No continente, penínsulas e ilhas do Mar Egeu, as cidades desenvolveram-se sem um desenho predeterminado, seguindo estruturas independentes de desenho irregular. Nesse contexto, a partir de um princípio conservador, preexistências construídas e marcas no território, como plataformas em socacos, caminhos e ainda a presença de santuários, determinavam as regras da expansão urbana.

Para a fundação de novas cidades, por norma, aproveitavam lugares precedentemente urbanizados, entendidos como lugares privilegiados do ponto de vista geográfico (domínio e controlo do território) e dos recursos naturais disponíveis (proximidade da água e de planícies férteis). Noutros casos, onde civilizações precedentes não tinham deixado marcas, uma análise atenta das condições geográficas e de recursos naturais determinava a escolha do lugar (cidade de Coríntios). Acompanhem alguns passos da Política de Aristóteles: "(...) Já alertamos pela oportunidade de que a cidade deve ter ligações com a terra e com o mar; para além disso, e pelo que for possível, comunicações fáceis com todo o território. Seria desejável que a cidade tivesse uma posição alta e ao longo de uma pendente, tendo em consideração quatro objetivos prioritários: o primeiro de todos, sendo de primeira necessidade, corresponde as condições higiénicas (...). As condições topográficas da cidade devem favorecer a administração civil e as necessidades estratégicas de defesa (...) que tenha uma abundância de nascentes, para evitar a recolha das águas da chuva em grandes reservatórios, evitando a falta de água em épocas de isolamento em períodos de guerra(...)". (Aristoteles, ed. 1978: 64)

Para o desenho das novas cidades, o princípio era da subdivisão do terreno em lotes iguais com geometria regular, para urbanizar e para o cultivo. (Segesta, Selinunte, Taranto, Megara Hiblea o Agrigento) [fig.1 e 2].

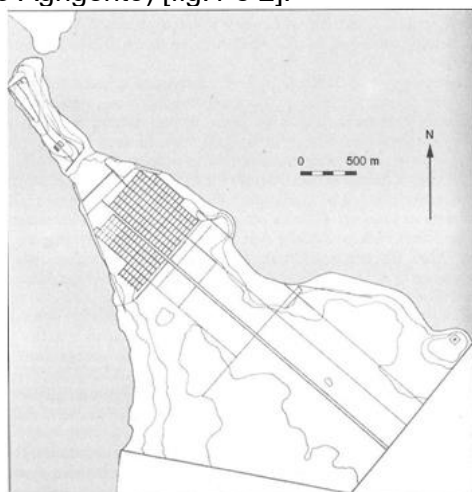


Figura 1. Restituição planimétrica de Táranto (elaboração gráfica de F.Rizzi, Da Greco, 1992), de Morachiello, Paolo – *La Città Greca*. Editori Laterza, Bari, 2011, pág.167.

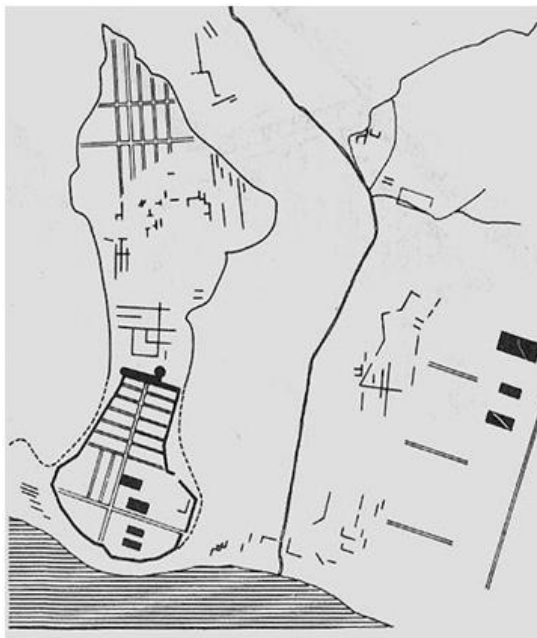


Figura 2. Selinunte, séc VI_V a.C. , de AAVV– *Lineamenti di storia dell'architettura*, Carucci Editori, Roma, 1978, pág.6.

Assim, ao longo dos séculos, VII e VI a.C. assistimos, nas colónias, a uma prática de desenhar as cidades de uma forma rápida e elementar, segundo uma regra que aguardava sistematização.

A Ágora

A ágora na cidade grega era o coração da pólis, o lugar privilegiado das grandes assembleias onde o povo tomava conhecimento das decisões dos reis ou chefes da aristocracia, onde se deliberava a favor de uma ou outra resolução com plena legitimidade, ou ainda onde as principais trocas comerciais tinham lugar.

“Em quase todas as cidades uma imprescindível necessidade é a compra e venda das necessidades recíprocas, sendo a troca o meio mais eficaz para a subsistência individual, cujo objetivo supremo é a associação entre homens numa comunidade política”. Esta esplanada destinada aos negócios deveria ser então “numa posição favorável à importação de todos os produtos provenientes de terra e do mar”. (Aristoteles, ed. 1978: 65)

Na *Ilíada* e na *Odisseia* o termo ágora indica uma assembleia e não propriamente o sítio onde as mesmas teriam lugar. Homero utiliza este termo para especificar encontros oficiais entre as várias componentes de uma população para discutir o destino da comunidade; as mesmas que posteriormente irão chamar-se *eclesiáis*. Só passados alguns séculos, o termo ágora passa a identificar o lugar específico onde todo o povo, livremente, se encontrava para muitos e vários objetivos, incluindo a discussão e a deliberação. Alguns passos das *Histórias* de Heródoto descrevem a ágora como o lugar

de encontro dos cidadãos e estrangeiros, mulheres e escravos, destinado ao mercado e muitos outros eventos.

Até aos traçados urbanos hipodâmicos, a localização da ágora coincide com uma escolha de tipo orográfico e topográfico (escolha de uma superfície plana com dimensões adequadas ao encontro dos cidadãos, junto ao núcleo urbano). O seu desenho não respeitava regras geométricas predefinidas, sendo a sua forma de tipo poligonal irregular.

As primeiras ágoras das ilhas e do continente foram áreas ao ar livre da cidade delimitadas por cipos, marcos miliares ou por muros, próximas de lugares sagrados como santuários em honra dos deuses ou de heróis fundadores e por vezes junto a uma preexistência arcaica (Assur, Coríntios). Estruturas efémeras em madeira ocupavam uma parte do espaço e serviam diariamente os vendedores; o restante espaço podia ser ocupado por assembleias de cidadãos sentados sobre bancadas provisórias em madeira ou simplesmente sentados na encosta de uma colina, para assistir a festas, competições poéticas em honra de uma divindade ou de um herói. Muitas vezes encontrava-se em proximidade do mais sagrado e dos edifícios civis: o *Pritaneu*, lugar privilegiado do fogo sagrado de Hesita, deusa protetora do lar. O *Pritaneu* era constituído por uma ou mais salas para hospedar os ilustres visitantes estrangeiros, era o lugar dos repastos comuns, a principal cerimónia do culto doméstico e comunitário.

A primeira ágora de Atenas [fig.3], estendia-se junto a encosta norte da acrópole, perto do *Pritaneu* arcaico, era constituída por uma pista em terra batida para corridas e espetáculos (*dromos*), de planta irregular, sem um desenho predefinido. Outros exemplos encontrámo-los em Sparta, Coríntios, Tebas, Tasso e em muitas outras cidades da Sicília, Magna Grécia e norte de África. Em todas elas, a presença, junto à esplanada, de edifícios representativos ou de áreas com funções específicas como santuários, portos, templos e túmulos em honra do fundador (*heroon*) ou ainda áreas circulares para danças (*orquestrai*), marcam o primeiro sinal de uma estrutura mais complexa e articulada. A ágora progressivamente passou a estar delimitada por edifícios permanentes, em pedra, prestes a hospedar assembleias, o mercado, atividades culturais e ainda conselhos e magistraturas, que lideram a cidade estado, junto ao coração da vida pública comunitária da *chorá* (o espaço rural que envolve a pólis). Esta progressiva ocupação dos limites da esplanada da ágora foi tão expressiva que em alguns casos como em *Megara Hibleia*, a área livre de cerca 13 000 m² da época da sua fundação passou, já no final do processo constitutivo, para os 4700m².

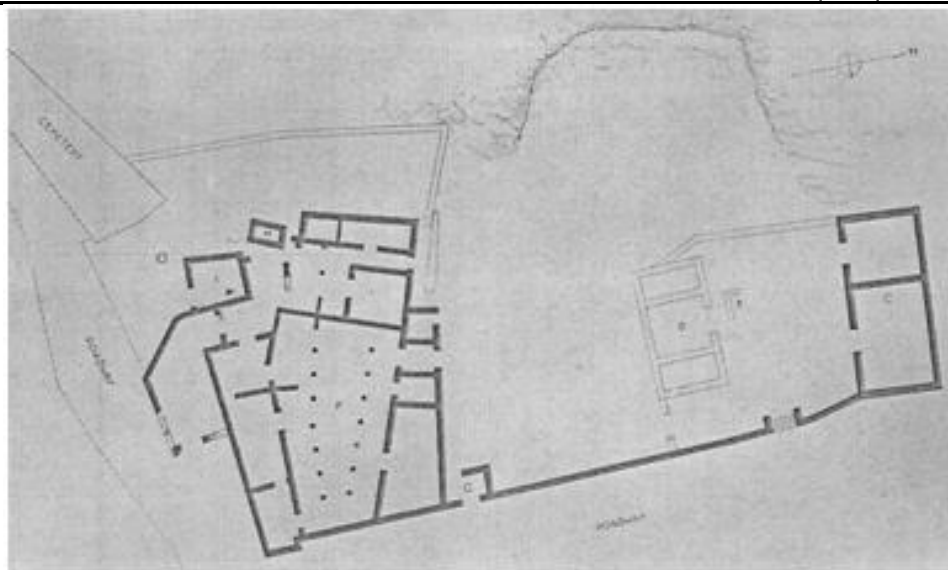


Figura 3. A Ágora de Atenas no início do IV séc. a.C. de Roland Martin - *l'Agora Greque*, E. de Boccard, Paris, 1951, pág. 262

Com o início do VII séc. a.C. com a necessidade de alojar uma série de atividades comerciais e institucionais, surgem a *stoa* (*Megara Hiblea*) [fig.4], galeria de planta retangular alongada ou em “L”, definida, no alçado principal, por uma colunata e no tardo por um muro contínuo ou por uma sucessão contínua de salas de planta quadrada, cobertas por uma estrutura em madeira e por um telhado com duas águas, aptas a receber atividades culturais e económicas. Em alguns casos servia simplesmente como coberto para a proteção dos cidadãos do sol e da chuva, ou ainda como *propileu* de acesso; como no caso da *stoa* setentrional de *Megara Hibeia*, onde a presença de uma abertura com três colunas no lado tardo, transforma-o num espaço de atravessamento no sentido norte-sul. Flexibilidade, adaptação aos diferentes locais de implantação e facilidade de execução eram as suas principais características.

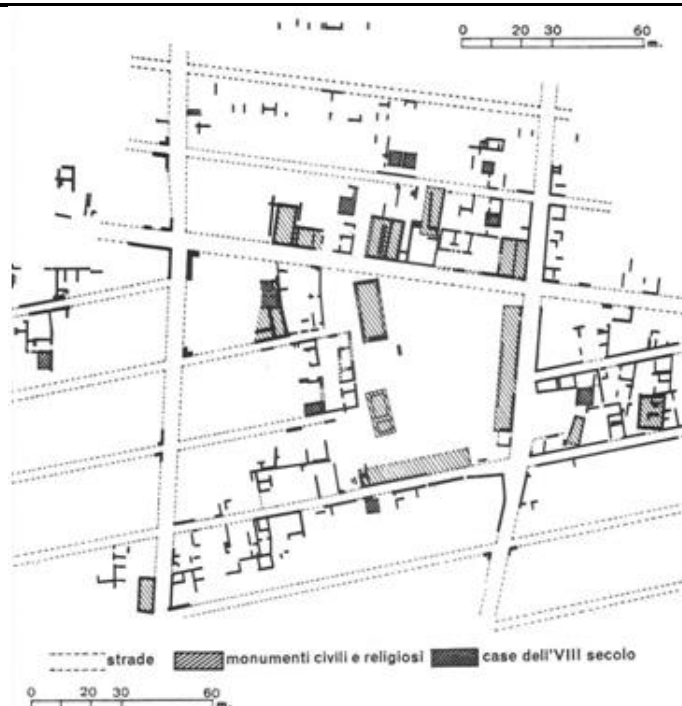


Figura 4. Megara Hibeia de Roland Martin, *Architettura Greca*, Electa, Milano, 2007, pág. 144.

A nova e progressiva configuração da ágora, ditada pela presença deste conjunto de novos edifícios, permitiu redefinir os limites do “vazio” da grande explanada, estabelecendo novas relações de escala, novas referências visuais e novas “tensões” entre partes (Posêidon, Assos) [fig.5 e 6], tornando o seu usufruto mais complexo e articulado.

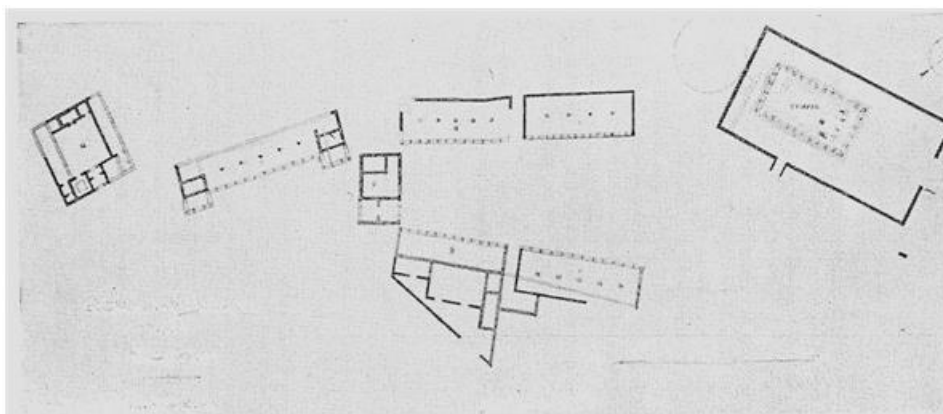


Figura 5. A Ágora e o Santuário em Poseidon, de Roland Martin - *l'Agora Greque*, E. de Boccard, Paris, 1951, pág. 243.

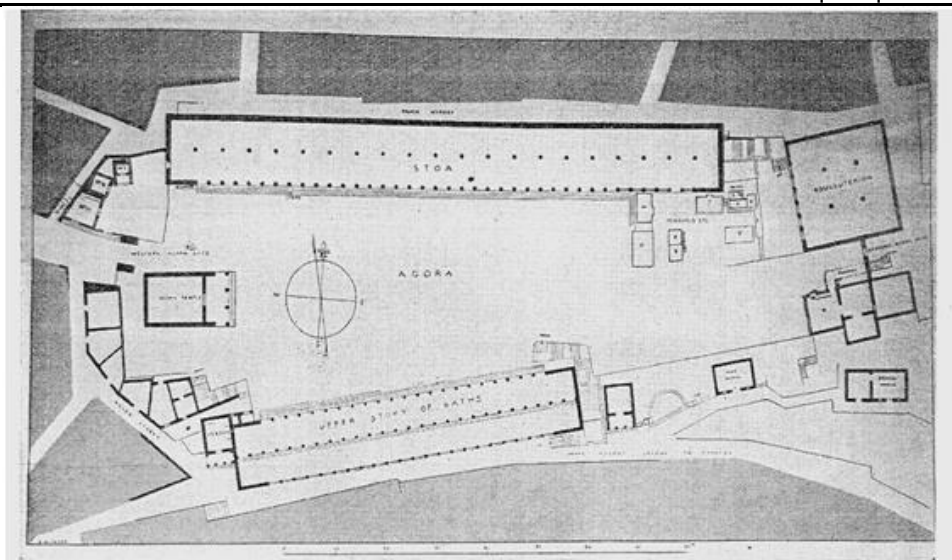


Figura 6. Assos, planta da Ágora de Roland Martin - *l'Agora Greque*, E. de Boccard, Paris, 1951, pág. 428.

O baricentro das principais atividades da pólis desloca-se definitivamente do vazio da esplanada para os seus limites. É o início de um processo de afirmação de um modelo de espaço público, responsável pela caracterização de todos os centros urbanos das cidades do ocidente.

A Ágora de Atenas

As vias Panateneias foram mais de que um simples percurso urbano, representaram um sistema de ligação regional entre alguns dos mais sagrados lugares sacros da Grécia. Desempenharam ao mesmo tempo a função de via sagrada, expressão da reconciliação com as forças arcaicas, e de artéria principal de Atenas, onde atividades mercantis, políticas tinham lugar. A posição, a presença e o tamanho do Pártenon no topo da Acrópole só fazia sentido a partir da sequência das vias Panateneias [fig.7].



Figura 7. Atenas. Cidade e centros monumentais do V séc., de AAVV– *Lineamenti di storia dell'architettura*, Carucci.

No V séc. a.C., com a edificação do templo de *Hephaisteion*, em honra dos deuses *Athena* e *Efesto*, protetores das artes e ofícios, tem início um processo de definição de uma nova ordem espacial e hierárquica da grande explanada da ágora, atravessada, em diagonal, pelo percurso das vias Panateneias. Com a construção a partir do séc. 420 a.C. do *Stoa* de Zeus e do *Bouleuterion* (conselho deliberativo dos “anciãos”) e do *Tolos* cilíndrico, na base do templo, assistimos a uma confirmação da nova regra geométrica ditada pelo eixo estruturante do *Hephaisteion*. Mesmo após a construção do templo Apolo *Partos*, em época helenística, que densifica ainda mais o espaço no embasamento do templo, o eixo estruturante é deixado livre, mantendo toda a sua presença catalisadora no espaço vazio da ágora.

Com a construção do novo *Stoa* sul e do *Stoa* de *Attalos*, em posição rodada em relação ao eixo do complexo monumental do *Hephaisteion*, alteram-se as regras gerais da composição do complexo. Com estas duas grandes estruturas em colunata, a ágora assume uma nova geometria de forma trapezoidal, mais dinâmica e com uma grande “tensão” entre as partes. (Bacon, 1956: 128)

Torna-se assim evidente estarmos perante um conjunto que vai definindo a sua forma com o passar das épocas; não é uma estrutura preconcebida e estável do ponto de vista geométrico, mas sim algo de mais dinâmico e aberto a novas relações “entre massas” e sensível na definição dos seus limites, uma experiência de espaço público muito diferente de algo que, mais tarde, caracterizará as regulares ágoras helenísticas e os estruturados fóruns romanos.

A grande explanada da ágora ateniense, ladeada pelos edifícios representativos do poder político e por outros de ocupação espontânea (*stoa*), era o lugar privilegiado de convergência dos cidadãos para reuniões, assembleias e mercado. Neste espaço tinham lugar todas as atividades cívicas da pólis: aí se ensinava e se discutiam os

principais temas da época. Ainda tinham lugar as principais procissões, era administrada a justiça, era a sede do mercado e da troca e eram celebrados os heróis [fig.8].



Figura 8. A Ágora de Atenas, final do II séc. a.C., (de J.Travlos) de Gros Pierre e Torelli Mário, – *Storia dell'Urbanistica, il mondo romano*. Editori Laterza, Bari, 2010, pág.423.

Com o II séc. d.C., a dominação romana e as pressões da vida cívica em crescimento, impulsionam uma densificação do espaço da ágora que determina um progressivo desvirtuar do grande vazio. O Templo de Ares, uma série de fontes e estátuas e o grande *Odeion* de Agrippa, preenchem agora o espaço, criando dissonâncias e desequilíbrios compositivos, comprometedores da elegância e clareza da estrutura clássica e helenística.

Com estes novos edifícios os romanos tinham quebrado o espírito de vida comunitária ateniense e a sua liberdade [fig.9].

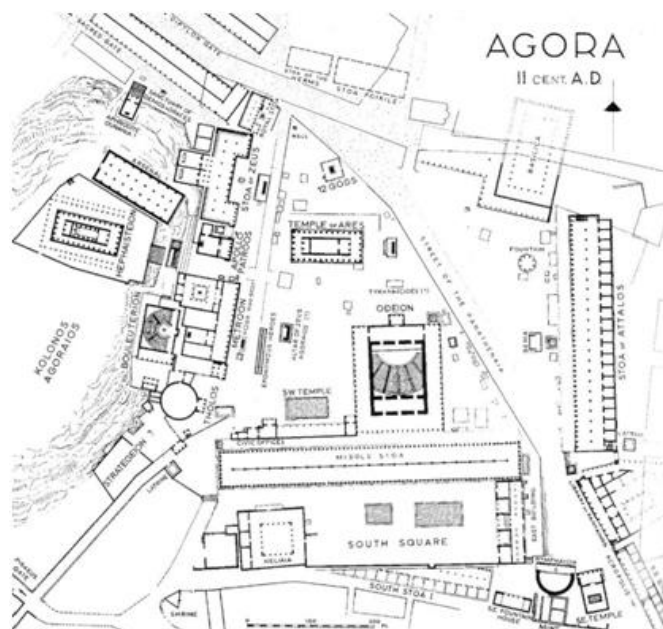


Figura 9. A Ágora de Atenas, idade adrianea, de J.Travlos de Gros Pierre e Torelli Mário, – *Storia dell'Urbanistica, il mondo romano*. Editori Laterza, Bari, 2010, pág.424.

Mileto e o traçado hipodâmico

Em 494 a.C. a cidade de Mileto é destruída pelos persas. Será reconstruída a partir do ano 474 a.C.

Aproveitando a articulação tripartida da península, e provavelmente a partir dos restos de traçados anteriores, os cidadãos subdividiram a área em três bairros, recortados por sua vez em quarteirões quadrados e retangulares, segundo uma malha regular, interligados por uma área pública central em “L”, que estabelecia o contacto com os dois portos.

A tradição do traçado ortogonal tinha sido já implementada em *El Amarna* e *El Lahún*, respetivamente no Egito e na Ásia menor.

É neste contexto que se afirma a figura de Hipódamo, não diretamente como autor do plano da cidade de Mileto, mas como figura central no panorama do desenho urbano da época, descrito na obra *Política* de Aristóteles como um cidadão muito evoluído pela época, sábio, excelente orador, ideador e divulgador da regra de subdivisão das áreas urbanas em quarteirões de planta quadrada ou retangular. Este sistema planimétrico corresponde à transposição no espaço físico de um princípio fundamental da ordem social. “A ordem é por natureza um bem” afirma Aristóteles, por isso cada lei que procura a ordem na sociedade é boa.

A justiça e a governação no reconhecimento do direito do cidadão perante a lei, promovia e alimentava a ordem social.

A quadrícula urbana garantia uma ordem espacial no aglomerado em expansão e, ao mesmo tempo, permitia que cada cidadão tivesse um lote de terreno para edificar e cultivar, igual ao do vizinho, com condições de vias de acesso e salubridade garantidas. Uma regra justa, prática e elementar, de fácil aplicação em qualquer lugar, um plano que não se limita a um só lugar mas algo de mais ambicioso e universal.

Pela primeira vez o traçado regular considera o espaço público e, a ágora por excelência, não como um lugar remanescente, resultado de uma escolha apriorística, mas como uma entidade autónoma digna de ser tratada de forma independente e ao mesmo tempo parte de um sistema complexo extremamente regado.

Acompanhando a evolução da ágora de Mileto ao longo de 5 séculos, assiste-se ao progressivo “fecho” dos limites do espaço vazio com a introdução de um pórtico junto à stoa este, e supressão do eixo viário norte/sul, criando um único elemento em galeria fechada, com dois acessos, junto ao antigo eixo [fig.10].

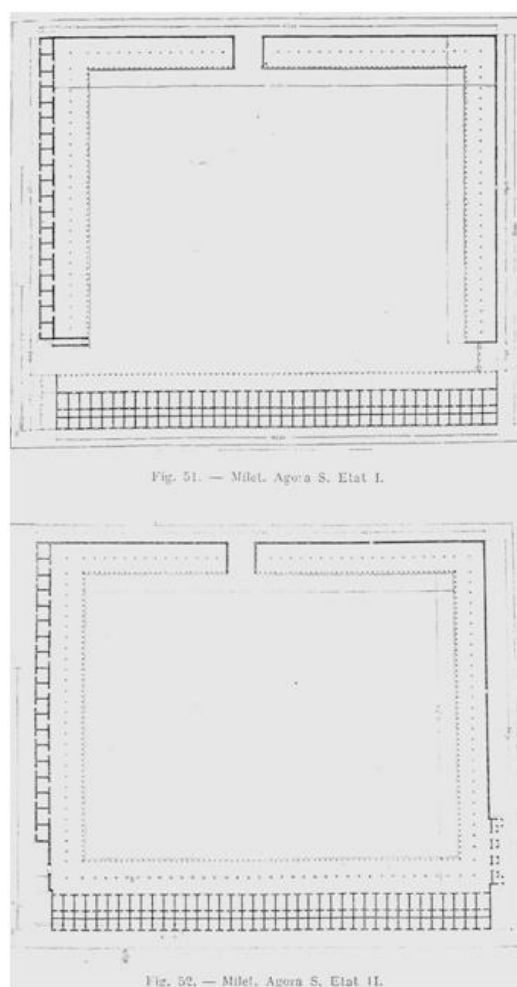


Figura 10. Mileto, a Ágora fase I e fase II, de Roland Martin - *l'Agora Greque*, E. de Boccard, Paris, 1951, pág. 39.

A partir deste momento a ágora deixa a sua configuração de espaço definido por elementos soltos e independentes, de forma irregular e aberta, para se afirmar como lugar central da cidade mais fechado, delimitado por galerias contínuas, sem alteração de escala e volumétrica, parte de um sistema urbano denso e repetitivo, fruto da ordem social instituída.

Em 444 a.C. por vontade de Péricles, é fundada a colónia de Túrio, junto a Crótones segundo os princípios e regras Hipodâmicas, e em 432 a.C. assistimos à ampliação da cidade de Olinto segundo os mesmos princípios.

Nas cidades que não seguiram o plano Hipodâmico, as stoa, posicionavam-se de forma oblíqua ou paralela aos limites da ágora. No caso das cidades coloniais, que observavam esquemas urbanos regulares em quadrícula, as stoa respeitavam com rigor os alinhamentos definidos pelo plano, colocando-se como alternativa aos loteamentos privados e densos das áreas habitadas.

A ágora na época helenística

Na época helenística, a realidade política da polis desaparece, deixando, no seu lugar, uma sociedade multicultural: “pela primeira vez na história humana encontramos-nos perante uma civilização mista, verdadeiramente internacional (...) este nivelamento das culturas nacionais confere ao helenismo o seu carácter eminentemente moderno. (...) O novo estado promove a formação de uma nova classe social burguesa legitimada pelo seu poder económico, sem distinções de raça e casta”. (Hauser, 1956: 128)

Neste quadro socioeconómico a arte institucionaliza-se. São criados novos centros culturais aptos a receber as diferentes correntes artísticas e arquitetónicas vindas de oriente e, em pouco tempo, com uma progressiva intelectualização do trabalho artístico, são criadas novas bases para a afirmação de *revivals* dos estilos arcaicos. Com a sistematização das regras compositivas nasce a teoria da arquitetura e os tratados que, a partir deste momento, acompanharão os projetistas nos processos de experimentação “para ultrapassar os limites definidos em época clássica”.

A composição dos conjuntos monumentais envolventes o grande terreiro da ágora de Atenas sofre, no início desta época, uma transformação fundamental. Em época clássica em todos os lugares públicos e sagrados os edifícios funcionavam de forma independente, e o espaço livre organizava-se entre eles sem muita regularidade. Com o afirmar da nova cultura, baseada na transformação da estética que procura efeitos pictóricos e plásticos para além da monumentalidade, a contaminação das artes concorrem a procura de um novo conceito do organismo arquitetónico e urbano.

Os edifícios perdem a própria autonomia, integrando-se e juntando-se com os outros, ao mesmo tempo; novos pórticos, regulares redefinem o espaço vazio e unificam todo o complexo arquitetónico como se fosse um só, “fechando” o espaço da ágora, preanunciando a definição formal e tipológica do fórum.

O FÓRUM

Cronologia da Civilização Romana

- República Romana: 509 a.C. até 27 a.C.
- Período Augusteo: até o ano 14 d.C.
- Império Romano: até 476 d.C. (78 imperadores)

Cidade e sociedade Romana

A arquitetura e a urbanística romana estão intimamente ligadas ao desenvolvimento político e militar do império.

Os primeiros exemplos de arquitetura erudita sentem a proximidade com a arquitetura etrusca; contudo, as necessidades expansionistas do império irão aproximar os romanos da arte e arquitetura grega a tal ponto que, a partir desse momento, e principalmente com a conquista do mundo grego em 146 a.C., após a vitória em Corinto, nunca deixarão de implementar o código linguístico da sua arquitetura.

O processo expansionista de Roma tem início na época republicana a partir do ano 396 a.C. com a conquista de Veio. A ocupação dos novos territórios é planeada a partir de dois tipos de colónias: as colónias de direito Latino (*Alba Fucens*, *Luceria*, *Cosa* e outras), mais afastadas de Roma e com formas urbanas e políticas mais definidas, e as colónias de direito romano (que ocupam as costas do mar Tirreno e Adriático, próximas da cidade de Roma, sem uma autonomia política e administrativa. O primeiro ato solene para a fundação da nova colónia latina é o *sulcus primogenius* (o sulco do arado para a marcação da muralha), acompanhado pela subdivisão das zonas sacras das públicas e pela *limitatio* (subdivisão das terras com eixos paralelos), cujo centro exato para a marcação do *decumanus maximus* (com orientação Este-Oeste) e *cardo maximus* (com orientação Norte-Sul), é definido a partir da utilização da *groma*, instrumento de origem grego-etrusca, constituído por uma vara e uma cruz.

As colónias romanas (Ostia, 426 a.C., Pyrgi, 264 a.C.) [fig.11] de carácter estritamente militar, sem autonomia político-administrativa, apresentam a mesma estrutura baseada no *cardo* e *decumanus*, com um perímetro muralhas de defesa de planta retangular, mais pequeno em relação ao das colónias latinas.

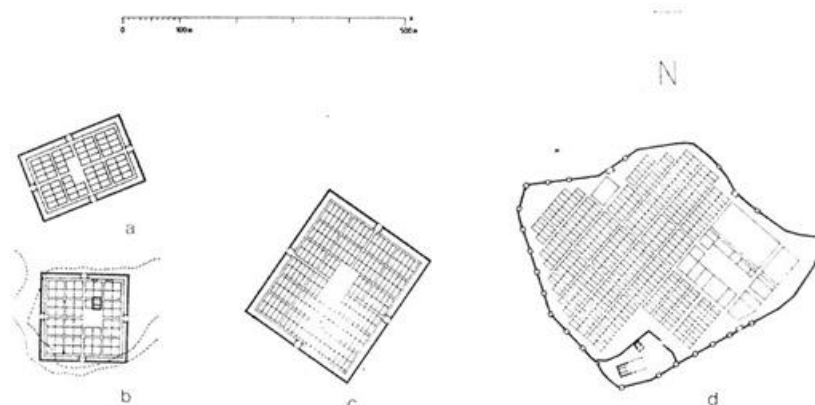


Figura 11. Plantas de Ostia (a), Puteoli (b), Pyrgi (c) e Cosa (d), de von Hessberg de Gros Pierre e Torelli Mário, – *Storia dell'Urbanistica, il mondo romano*. Editori Laterza, Bari, 2010, pág.159.

Os traçados urbanos das colónias romanas confirmam a teoria do Frontino (*Strategemata IV*), segundo o qual é a cidade romana com as suas rígidas regras de fundação e implantação, que representa o modelo evocativo para o *castrum* (acampamento romano), e não o contrário. De facto os militares, antes de acampar e passar a noite em terras de guerra, não dispensavam os rituais cerimoniais com o primeiro ato de colocação do *vexillum* do comandante e da *groma* que, em conjunto, estabeleceriam o *cardo maximum*, o primeiro eixo estruturante do sistema.

Para a fundação das novas cidades nas províncias, já em época imperial, os romanos utilizaram modelos já experimentados nas colónias romanas e latinas, adaptados e dimensionados conforme as necessidades e as características topográficas. Todas as novas cidades tinham um traçado regular, baseado numa quadrícula de ruas em angulo reto, onde arquitetura e urbanística faziam parte de um único problema (Aosta e Timgad).

O complexo de Fórum, Templo e Basílica era um elemento fixo e estruturante da primeira arquitetura imperial nas províncias ocidentais.

O Fórum Romano

A palavra latina *fórum* significa espaço concluído. A sua família semântica é a mesma da palavra *foris* que determina um espaço externo “fora”.

De facto, os povos latinos chamavam fórum uma área pantanosa da Roma arcaica, entre o Capitólio e o *Palatino* [fig.12], fora das pequenas povoações, onde os romanos costumavam encontrar-se para trocas de ideias e atividades comerciais. Nesse local passava a chamada *sacra via*, um grande percurso para as cerimónias sagradas e de investidura do poder. No século VI, com a recuperação da área e, no século V, com o fim da monarquia, o grande vale tornou-se o lugar das reuniões populares, de senadores, sessões de tribunais de justiça para o desenvolvimento da vida política e civil, considerada sagrada, assim como os espaços religiosos. Ficou a ser chamada

Fórum Magnum ou Fórum Romano, distinguindo-se dos outros pequenos foros da cidade, destinados ao mercado. Em pouco tempo, no local, surgiram os edifícios para albergar as funções já presentes no local, bem como templos para confirmação da sacralidade dos atos públicos.

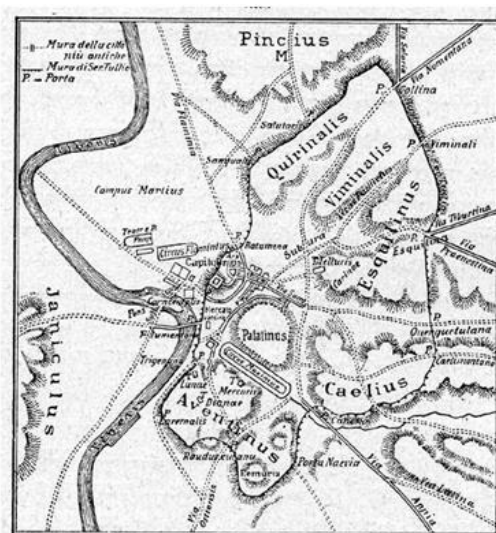


Figura 12. Roma no séc. VI a.C. , <http://www.storiologia.it/universale/cronoroma/roma.html>

A sua configuração inicial em trapézio alongado, deveu-se à iniciativa independente de magistrados e cidadãos que, no 179 e no 170 a.C. respetivamente, promovem a construção dos dois principais edifícios do fórum: a *Basilica Fulvia* e a *Basilica Semprónia*, destinadas à administração da justiça e trocas comerciais [fig.13].

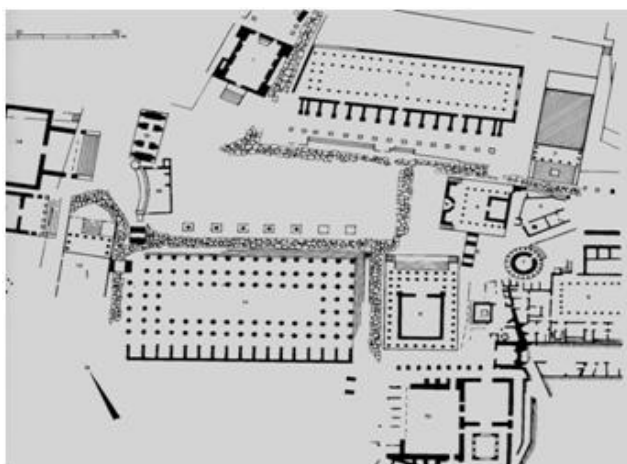


Figura 13. Roma, Fórum Romano, de Boethius e Ward-Perkins, 1970 - *Architettura Romana*, Electa, Milano, 2008, pág. 45.

A basílica do ponto de vista tipológico não segue a matriz da stoa grega ou do basíleus da ágora de Atenas, mas sim do amplo recinto *Atrium Regium* sobre o qual a basílica se tinha implantado.

O conjunto monumental deixava assim uma grande área livre a *plateia*, destinada a receber com dignidade os comícios legislativos.

Com o poder ditatorial de Silla e Cesar, o fórum ganha uma nova monumentalidade com a construção do *Tabularium*, que fecha, a norte, o grande espaço.

Nos anos a seguir, com a adição de um conjunto de templos, dos pórticos que ladeavam as renovadas basílicas, e do templo dedicado ao *Divo Júlio* como fecho visual do lado sul, preanuncia-se a estrutura tipológica dos foros imperiais.

Os Foros Imperiais

Em 54 a.C., exigências de planejar um novo espaço junto do fórum para a administração da justiça determina a construção do Fórum de César, constituído por edifícios independentes e envolvido por uma colunata contínua a semelhança das experiências da ágora helenística.

Os arquitetos de César pensaram numa estrutura de pórticos simétricos ao longo dos dois lados principais do grande espaço de planta retangular, tendo como plano de fundo ao longo do eixo geométrico do espaço, o templo de *Vénus Genetrix*.

Com o Fórum de Augusto, consagrado no ano II d.C., assistimos a uma evolução de toda a tipologia do anterior Fórum de César: mantém-se o traçado de planta retangular, desta vez ladeada por dois stoa helenísticos, tendo nas suas extremidades, dois espaços semicirculares que dilatam o espaço das galerias, para albergar as estátuas dos heróis lendários, Rómulo e *Enea*. Com este fórum o modelo ganha assim um sentido celebrativo; a arquitetura é moldada e pensada para esse fim, para a magnificência e a glória do império. As referências à arquitetura grega são notórias, principalmente no que diz respeito a arte periclea, entendida por *Augustus* como o léxico arquitetónico paradigmático para ser exportado em todo o império.

O Fórum de Vespasiano, de carácter religioso e o Fórum de Nerva (Fórum de transição), de 97 d.C., foram edificados por questões práticas, como preenchimento da área de transição entre os três foros e como passagem de entrada ao Fórum a partir do *Esquilino*.

O imperador Traiano em 107 d.C. após a campanha contra os Dácios decide edificar o maior e mais sumptuoso fórum entre o Capitólio e o Quirinal segundo o projeto do Arquitecto Apolodoro [fig.14].

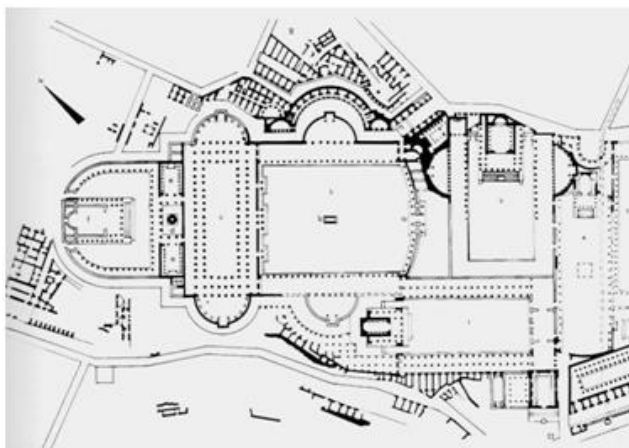


Figura 14. Roma Fora Imperiais, de Boethius e Ward-Perkins, 1970 - *Architettura Romana*, Electa, Milano, 2008, pág. 43.

A grande basílica *Ulpia* domina a composição, colocando-se em sentido transversal e servindo como plano de fundo ao grande espaço aberto, revestido em mármore e delimitado por galerias. Esta composição remete à estrutura dos *principia*, as praças dos acampamentos militares.

O espaço basilical, destinado aos atos judiciais e as cerimónias de libertação dos escravos, com ato magnânimo do imperador, estava envolvido por duas e três filas de colunas.

Quatro hemiciclos, localizados respetivamente junto aos lados menores da basílica e ao longo das grandes galerias longitudinais, enriqueciam a composição espacial do complexo, dilatando e dinamizando as galerias com novos espaços semicirculares para as estátuas dos imperadores.

O fórum na península Itálica e nas outras províncias

O processo de definição do fórum fora de Roma e nas províncias, como um espaço público sagrado, polifuncional, ao serviço dos cidadãos e da *civitas*, começou pela consagração das áreas escolhidas como um *templum*, sendo posteriormente, sede das grandes assembleias de cidadãos, o *Comitium*, finalizando a sua vocação público-administrativa com a utilização dos seus espaços por parte da cúria, para albergar a sede do Senado local e regional (*Alba Fucense*) (Fontana; Morachiello, 2009: 90).

A partir do final II século a.C. difunde-se em toda a Itália o modelo helenístico da ágora com pórtico, de planta regular, como matriz tipológica do fórum, o *locus celeberrimus*. Esta estrutura com pórtico em colunata simples ou dupla, delimitava a grande explanada, a plateia e ao mesmo tempo juntava de forma ritmada todos os edifícios administrativos e religiosos: o comício, a cúria, os anexos administrativos, oficinas e a basílica. Este complexo monumental, ao qual se anexava o templo, colocado de regra

ao longo do lado curto, e um conjunto de estátuas e *monumenta*, cumpria as necessidades político-cívico-administrativas da *civitas*.

A localização do fórum nos núcleos urbanos das províncias, coincidia, em regra, com um dos pontos focais dos traçados viários, na extremidade dos mesmos, ou no cruzamento dos dois eixos principais. Características topográficas e o relevo da paisagem determinavam, em outros casos, a escolha do local (Conímbriga, Amiens e Reims), privilegiando a sobrelevação do complexo monumental, em relação à restante *urbe*.

O fórum das províncias, símbolo da dignidade municipal e ao mesmo tempo da dependência do poder central, era uma estrutura relativamente fechada ao exterior, com cancelas junto as portas de acesso (Pompeia). A grande galeria que delimitava a *plateia* em três ou quatro lados, desempenhava a função de “filtro”, garantindo a sombra e a proteção necessárias ao desenvolvimento de atividades comerciais e administrativas da *civitas*.

Na colónia de direito latino Cosa, fundada no ano 273 a.C. na costa tirrénica da península itálica, o seu fórum apresenta características peculiares capazes de enriquecer e tornar ainda mais complexo o sistema espacial do conjunto [fig.15].

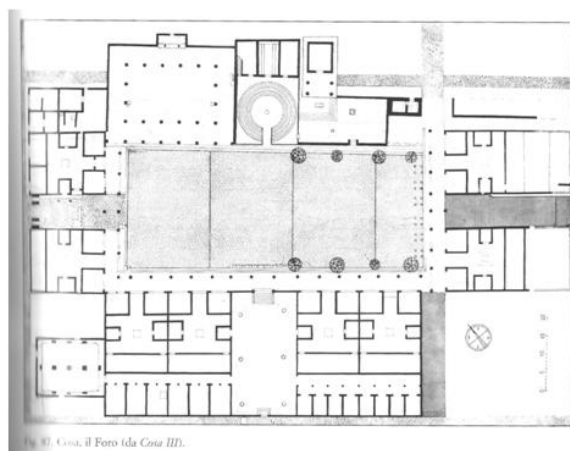


Figura 15. Foro de Cosa de Gros Pierre e Torelli Mário, – *Storia dell'Urbanistica, il mondo romano*, Editori Laterza, Bari, 2010, pág.175.

“As escavações do fórum de Cosa devolveram-nos a imagem dos *atria*. Trata-se, assim como o próprio nome indica, de verdadeiros átrios de tipo toscânico, ladeados por duas pequenas oficinas” (Gros; Torelli, 2010: 124). Estes *atria*, construídos em época arcaica, representam o primeiro filtro de passagem entre a *plateia* e o interior dos espaços dos edifícios confinantes. Serão posteriormente encostados à galeria colunata em época helenística, formando um duplo espaço filtro para as atividades político-administrativo-comerciais.

Em Pompeia, o capitólio (Templo Tríade Capitolina Júpiter, Giunone e Minerva) domina a composição de uma *plateia* retangular alongada com pórtico tripartido, ladeado pelos diferentes edifícios de culto e do comércio (*macellum*). Os edifícios apresentam os eixos longitudinais rodados em relação ao espaço central [fig.16].

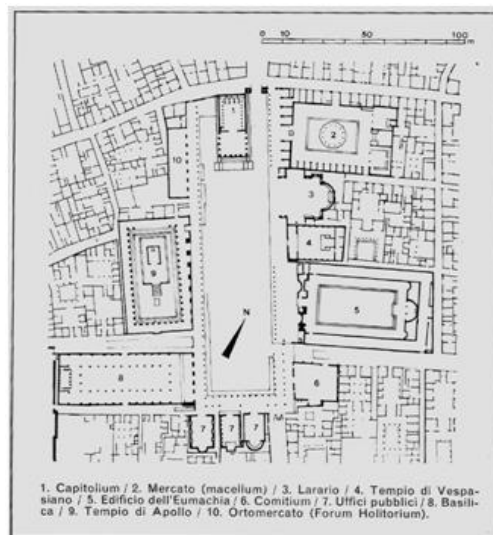


Figura 16. Foro de Pompeia de (Eschebaeh) de Gros Pierre e Torelli Mário, – *Storia dell'Urbanistica, il mondo romano*, Editori Laterza, Bari, 2010, pág.175.

A cidade fortificada de Timgad no norte de África, planeada segundo a quadrícula regular de *insulae*, formava um quadrado, subdividido pelo *cardo* e *decumanus* em quatro setores.

O fórum, localizado a sul do cruzamento dos dois eixos apresenta pórticos nos quatro lados, um pequeno templo, a cúria e a basílica, encostadas respetivamente à passagem coberta, em lados opostos. Um conjunto de oficinas de pequena dimensão completa o retângulo [fig.17].

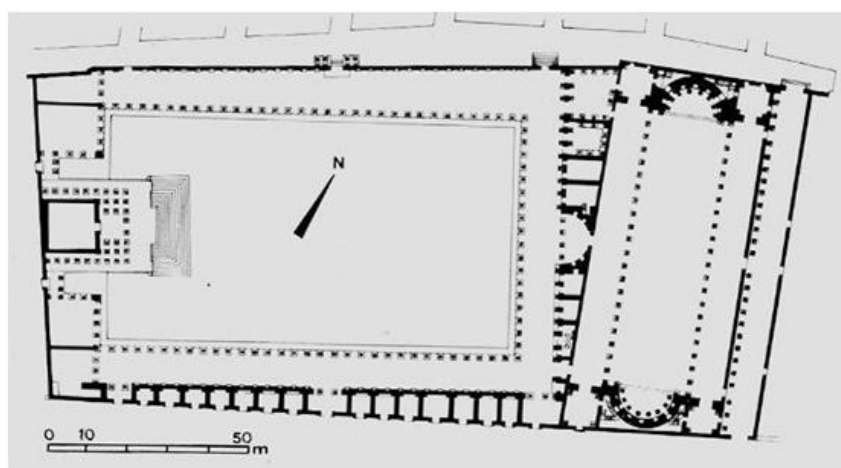


Figura 17. Leptis Magna, Basílica, Fórum e Templo de Boethius e Ward-Perkins, 1970 - *Architettura Romana*, Electa, Milano, 2008, pág. 142.

CONCLUSÃO

“Tracei in quadrato amplissimis et duplicibus porticibus fora constituunt crebrisque columnis (...) Italiae vero urbibus non eadem est ratione faciendum, ideo quod a maioribus consuetudo tradita est gladiatorum munera in foro dari (...) Igitur circum spectacula spatiosiora intercolumnia distribuuntur circaque in porticibus argentariae tabernae maenianaque superioribus coaxationibus conlocentur (...) Magnitudines autem ad copiam hominum oportet fieri (...) latitudo autem ita finiatur, uti, longitudo in três partes cum divisa fuerit, ex his duae partes iugentur; ita enim oblonga eius formatum et ad spectaculorum rationem utilis dispositio”, (“Os gregos costumam planejar os seus fora em planta quadrada rodeados por densas colunatas (...) ao contrário, nas nossas cidades itálicas, não se pode fazer o mesmo tendo em conta a antiga tradição de organizar no foro espetáculos de gladiadores (...) portanto nas galerias utilizam-se espaços entre colunas mais largos e por de baixo das galerias colocam-se as oficinas dos banqueiros e no piso superior terraços (...) As dimensões sejam proporcionais ao número de habitantes (...) defina-se a largura de forma a que seja duas partes das três do comprimento. Assim a forma do foro será alongada e a sua disposição seja útil à organização de espetáculos”) (Vitruvius, ed. 2002: 278-280).

Neste troço do tratado vitruviano são descritas as características arquitetónicas do fórum e da ágora da época helenística, com um detalhe operativo para a sua aplicação e execução. É aqui claramente revelada a semelhança entre as duas tipologias de espaço público no momento em que os dois modelos se “contaminam” dando espaço à estruturas mais complexas e encerradas, delimitadas por uma galeria contínua que envolve a grande explanada, provenientes da sucessão de uma série de stoa, que proporciona o “filtro” entre o espaço vazio e os edifícios anexos, agora de grandes proporções e maior escala.

Tudo teve início no VII séc. a.C. na Grécia arcaica, quando a ágora era uma simples assembleia de cidadãos. Ao longo de seis séculos transforma-se num lugar urbano de excelência, de estrutura contínua e fechada e regular, mais complexa do ponto de vista tipológico, capaz de absorver várias funções e edifícios ao longo do seu perímetro.

O fórum, por seu lado, foi desde o início um lugar centralizador do poder divino e terreno. A sua configuração planimétrica clarifica-se com o tempo ganhando um pragmatismo e regularidade geométrica, resultado do contacto com a ágora helenística (fórum de Cosa e Pompeia), que acompanha o processo de fundação de novos complexos urbanos, estruturados ao longo do *cardus* e *decumanus*.

Em Mileto, graças a uma nova ideia de cidade planeada segundo uma regra regular e repetitiva, a ágora depura-se de todos os edifícios que a envolvem, passando a ser uma simples explanada envolvida por uma elegante colunata em pórtico de um só piso.

Com este exemplo chega-se ao auge da identificação da ágora como uma única entidade cuja função se limita ao seu estatuto de grande vazio, intervalo da densidade do traçado de matriz hipodâmica, e não propriamente o resultado de um conjunto de edifícios administrativos e de comércio que até ao momento estruturavam, delimitavam e imprimiam novas funções à ágora.

O exemplo tardio do fórum na província cartaginesa em Leptis Magna revela a consolidação de um modelo onde, a partir da colunata contínua e fechada de implantação regular, se colocam em posição contraposta ao longo dos lados menores o templo e a basílica, agora entendidos como uma única entidade homogênea e possível de ser repetida noutro lugar. Estes três elementos: pórtico retangular, Basílica e templo, constituirão o modelo tipológico do fórum nas províncias romanas até o fim do império.

Nas épocas sucessivas, com o fim do império e com a consequente destruição de todas as cidades, a ágora e o fórum não tiveram continuidade como espaço públicos urbano. Novas cidades surgiram e novas estruturas mais compactas e irregulares ocuparam os traçados urbanos de matriz romana. A praça medieval nasce neste contexto como resposta a necessidades funcionais: a administração do poder cívico e religioso e o comércio. Pequenos largos e praças são criados para permitir o funcionamento cívico. O seu modelo referência é muitas vezes o resultado de condições planimétricas e de conformação e ajuste dentro a densa malha urbana.

Só na época moderna, com a redescoberta do classicismo, se recupera o desenho, a base compositiva e linguística do fórum, de novo como modelo de estruturação das novas praças renascentistas, perpetuando o exemplo de espaço público que irá dinamizar e identificar todas as cidades europeias nas épocas sucessivas até aos nossos dias.

Hoje só se pode imaginar o esplendor da ágora e do fórum que as duas civilizações criaram, visto que pouco permaneceu de tudo o que foi feito. O que resta são processos compositivos rigorosos e inovadores para a época, que permitiram criar espaços únicos, claramente identificáveis do ponto de vista tipológico, aptos a desempenhar inúmeras funções para o funcionamento, a afirmação e a administração do poder.

Passados dois mil anos, a elegância e o rigor compositivo da ágora de Mileto como modelo de referência e o pragmatismo e a complexidade compositiva ao serviço da cidade dos fora de Pompeia e Cosa, continuam a existir hoje como exemplos de referência para a compreensão da mais importante tipologia de espaço público que a cidade gerou: a praça.

Bibliografia

ARISTOTELES – Política-Sruttura, caratteri ed elementi della città. In Lineamenti di storia dell'architettura. Roma: Carucci Editori, 1978.

BACON, Edmund N. – Design of Cities. London: Thames & Hudson, 1967.

COULANGE, Fustel de. – A Cidade Antiga. Trad. Fernando de Aguiar. Lisboa: Clássica Editora, 1988.

DENTI, Giovanni – Spazio Collettivo e Societá. Firenze: Alinea Editrice, 1985.

FONTANA, Vincenzo; MORACHIELLO, Paolo – L'architettura del mondo romano. Bari: Edizioni laterza, 2009.



GROS, Pierre; TORELLI, Mário – Storia dell'Urbanistica, il mondo romano, Bari: Editori Laterza , 2010.

HAUSER, Harnold – Storia sociale dell'arte. Vol.1.Tradução: M.G.Arnaud. Torino: Einaudi, 1956.

LEFÉBVRE, Henri – La production de l'espace. Paris: Anthropos, 1986 (1ª ed. 1974).

MARTIN, Roland – Architettura Greca. Trad. Michele Lo Buono. Milano: Electa, 2007.

MARTIN, Roland – l'Agora Greque. Paris: E. de Boccard, 1951.

MAZZARIOL, Giuseppe; PIGNATTI, Terisio – Storia dell'arte italiana. Vol.I. Dall'arte cretese al duecento. Milano: Bruno Mondadori.

MORACHIELLO, Paolo – La città greca. Bari: Edizioni laterza, 2011.

PATETTA, Luciano (coord.) – Storia dell'architettura-Antologia Crítica. Milano: Gruppo editoriale Fabbri, Bompiani, Sonzogno, Etas S.P.A., 1988.

PERKINS, John B. Ward – Architettura Romana. Trad. Anna Bacigalupo. Milano: Electa, 2008.

VITRUVIO. Vitruvio architettura (dai libri I-VII). Trad. e Comentário de Silvio Ferri. Milano: Biblioteca Universale Rizzoli RCS Libri, 2002.